

## **Jornal de Telheiras, um media local em Lisboa - e também se pode “inventar” um bairro?**

*Mário Contumélias*

---

Telheiras é, desde Agosto de 1999, o primeiro bairro de Lisboa com um jornal local. Território administrativamente indeterminado, com uma identidade em construção, cruzam-se nele vários grupos de agentes sociais – com maior visibilidade para a ART, Associação de Residentes de Telheiras – que buscam dar sentido (social) ao local onde vivem. Procura-se “inventar” o bairro, “ser” do bairro, mesmo que convivam – e até ignorando esse convívio – vários bairros no bairro.

Neste contexto, que papel desempenha o Jornal de Telheiras (editado pela ART), cuja identidade primeira é já, ela própria, produtora de identidade colectiva – “o primeiro jornal de bairro em Lisboa” ? Será que – e em que medida – com um jornal também se pode “inventar” um bairro? A minha hipótese é que o Jornal de Telheiras é um instrumento de glocalização e, portanto, recontextualizador das interações locais, e uma ferramenta sociologicamente significativa na produção das relações de pertença, logo da identidade local.

Antes de focalizar a atenção sobre o Jornal de Telheiras, é forçoso referir, ainda que de forma breve, o “bairro” e a sua associação de residentes, “ART”. O Plano Director Municipal de Lisboa, concluído em 1967, refere Telheiras como uma “zona de expansão residencial” da cidade. Contudo, nem nesse momento, nem mais tarde, se definem as fronteiras do território em causa. Administrativamente, embora inserido na Freguesia do Lumiar, ninguém sabe onde começa e acaba o “bairro” de Telheiras, e ele não constitui nenhuma circunscrição administrativa<sup>1</sup>, do mesmo modo que não existe informação segura sobre o número dos seus habitantes, o que permite um universo multifacetado de representações.

Com esta indefinição administrativa, sem uma memória colectiva relevante<sup>2</sup>, com fracas sociabilidades, possuindo um património edificado que só ilusoriamente é homogéneo, e que espelha desigualdades sociais, Telheiras é um bairro feito de bairros. Efectivamente, referenciam-se, dentro do território que as placas de sinalização existentes apontam como sendo Telheiras, várias zonas habitacionais: Bairro Jardim, Bairro da Polícia, Bairro da Coociclo, Bairro da Câmara, NAT (Núcleo Antigo), Centro, Alameda dos Plátanos, Quinta dos Ulmeiros, Quinta dos Inglesinhos, Parque dos Príncipes, Alto da Faia I, Alto da Faia II, Sítio das Areias, Terraços de S. Paulo, Bairro do Carrefour, Bairro do Feira Nova.

Todas estas zonas ocupam porções importantes do território, têm um desenho urbanístico próprio, logo uma identidade urbanística, e servem de morada a núcleos quantitativamente significativos de pessoas, em alguns casos, da ordem dos dois a três milhares de habitantes. Umas, como os Terraços de S. Paulo – em que um lado da rua está inserido na Freguesia do Lumiar, enquanto o outro pertence à Freguesia de Carnide – fervejam de casas comerciais, empresas de serviços e restaurantes, com um intenso movimento de pessoas e automóveis, enquanto outras, como o Bairro da Coociclo, não têm um único estabelecimento comercial, e todo o movimento no local se resume aos moradores, que partem ou chegam do trabalho. Por isso, a identidade que se vê,

---

<sup>1</sup> Como nota Firmino da Costa (1999) em relação a Alfama

<sup>2</sup> Embora ela exista, e esteja a ser apropriada da comunidade que aqui viveu no passado, como se refere no artigo Contumélias, Mário, “Que coisa é essa, que Guardas do Céu? A busca de um território simbólico, que afirme Telheiras no universo da diversidade (multi)cultural dos bairros de Lisboa” in Desenvolvimento Comunitário e Saúde Mental, Actas da 2ª Conferência, Lisboa, Ispa (no prelo).

a urbanística, é plural e impõe, também, alteridades, que tornam visível a diversidade e a diferença.

Telheiras é um bairro ainda em construção, na acepção literal do termo, como do ponto de vista sociológico. A representação simbólica dominante, “a aldeia dos doutores”, foi exteriormente atribuída – quer pela EPUL (a empresa urbanizadora) na sua estratégia de Marketing e na sua sequente comunicação publicitária, quer pelos meios de comunicação (com destaque para o jornal “Expresso”<sup>3</sup>) – e logo apropriada. Individualmente, habita-se em Telheiras em função de uma auto-identidade e de um sentimento de pertença simbolicamente produzidos; são muitos os que querem morar numa “aldeia na cidade”, sobretudo se essa for a “aldeia dos doutores”. E uma aldeia dessas, quem a tem chama-lhe sua.

Telheiras é, assim, um território retórico em que se cruzam discursos e apropriações simbólicas, consoante diferentes estratégias de produção de sentido. A “invenção” do bairro é um processo em curso, mesmo que dele apenas tenham consciência alguns dos agentes sociais envolvidos. Neste quadro, a Associação de Residentes de Telheiras - ART, desempenha, desde há 12 anos um significativo papel.



A Associação de Residentes de Telheiras nasceu em 1988 com o objectivo expresso de melhorar as condições de vida no bairro, que era, nessa altura, face à menor incidência da intervenção da iniciativa privada, mais homogéneo em termos arquitectónicos e, até, sociológicos<sup>4</sup>, tendo em conta a também homogeneidade da oferta de habitação e a menor superfície de território ocupado. O Art. 3º dos Estatutos da ART é invocado de cada vez que se pretende ilustrar os objectivos com que a Associação nasceu e se mantém no terreno: “fomentar a criação de infra-estruturas de apoio directo à comunidade residente; fomentar a realização de actos públicos que visem, directa ou indirectamente, promover o aperfeiçoamento social, cultural, físico e cívico dos seus membros residentes; fomentar o mais elevado espírito de solidariedade e civismo entre os residentes da área de Telheiras, efectuando ou promovendo reuniões, visitas, actividades desportivas, sociais ou intelectuais e quaisquer outras realizações compatíveis com os recursos e o funcionamento da Associação, no sentido de defender, preservar e melhorar as vertentes urbanística e ecológica desta área residencial”.

Um objectivo não expresso, mas que resulta claro do testemunho dos actores informantes, residia na necessidade de juntar ao pequeno apartamento de que se dispunha, no máximo com quatro pequenas assoalhadas, a “quinta assoalhada”; ou seja, apropriar a rua, o espaço público. Os promotores da ART, então com filhos pequenos a frequentarem a instrução primária, ou os primeiros anos do ensino unificado, queriam encontrar forma de lhes ocupar os tempos livres, afastando-os de riscos sociais temidos, como era o caso da droga.

Passados 12 anos, a Associação de Residentes de Telheiras constitui um universo de 500/600 famílias (a própria Direcção tem dificuldade em determinar o número exacto) e mantém um alargado conjunto de actividades: teatro, um grupo infantil (ARTistas) e um grupo adulto (Pódepalco); ensino da música (flauta e viola); um grupo coral, ateliers de pintura, ioga, danças de salão, andebol (a ARTbol é campeã de Lisboa e vice-campeã nacional em iniciados), cicloturismo, e ténis de mesa. Noutro plano da sua intervenção, a ART é responsável pela realização de debates públicos e encontros temáticos sobre questões urbanísticas, educacionais ou políticas, que considera importantes para a zona de Telheiras, e por sessões de divulgação cultural.

<sup>3</sup> “A Aldeia dos Doutores”, jornal “Expresso”12.06.93

<sup>4</sup> Veja-se, a este propósito, «Usos e Apropriação do Alojamento em Telheiras», estudo realizado para a EPUL pelo NEUT - Núcleo de Estudos Urbanos e Territoriais do ISCTE, com a colaboração do Núcleo de Arquitectura do LNEC, sob a coordenação de António Fonseca Ferreira.

Além disto, mantém um diálogo permanente com o poder autárquico (Junta de Freguesia do Lumiar e Câmara Municipal de Lisboa) e com instituições que “interferem” na qualidade de vida do “bairro” (como a EPUL, a Carris, o Metropolitano de Lisboa, e outras), constituindo-se como um interlocutor “obrigatório” e incómodo<sup>5</sup>, na defesa do que entende como os interesses de Telheiras, plano em que afirma ter travado muitas batalhas e ganho algumas guerras, como seja a recente decisão da Edilidade, de implantar em Telheiras uma Biblioteca Municipal e um Auditório<sup>6</sup>.

Recentemente reconhecida como instituição de utilidade pública, tendo em conta “o mérito da acção desenvolvida no fomento do exercício de uma cidadania activa e participativa por parte dos residentes da sua área de intervenção”<sup>7</sup>, a ART quer dar sentido ao mundo, ao presente vivido, “construindo” um bairro que seja um meio de reconhecimento, de invenção do quotidiano, capaz de ultrapassar o fechamento do “não-lugar” (Augé, 1994) em que Telheiras vive; que o abra a quem lá mora, como um lugar de pertença e convivialidade; que o integre no universo simbólico da cidade; que o “invente” para lá da invenção dos promotores imobiliários ou dos jornais. A Associação busca produzir os fundamentos de um sentimento de pertença, uma identidade partilhada, local, num mundo global em que a origem individual dos residentes e as novas tecnologias convidam a um tipo de sociabilidades descontextualizadas (Giddens, 1992); a ART não quer que Telheiras seja um dormitório.

Na dimensão cultural da cidade, a ART quer, como poderia dizer Castells, reterritorializar o território e, ao mesmo tempo, revitalizar a cidadania, a participação social, a democracia. Com base em interesses sociais e valores pré-existentes, mas também com recurso à “imaginação sociológica” (Giddens, 1984) a ART busca o poder de impor a sua visão do mundo (Bourdieu, 1989). A este propósito é elucidativa a comunicação apresentada pela socióloga Ana Contumélias (presidente da Associação durante dois mandatos consecutivos, até Maio de 2000) ao III Congresso Português de Sociologia, sob o título “Construção Socio-Ecológica de Um Local Virtual - Telheiras, a qualificação de um meio inovador urbano”<sup>8</sup>. O texto é esclarecedor sobre a vontade, da então presidente da ART, de que a Associação intervenha como agente de mudança sócio-cultural, influenciando políticas e mudando práticas à luz de uma ideologia ecológica.

A autora deixa claro o seu entendimento do “desenvolvimento humano, como o empreendimento colectivo de realização das condições de vida da espécie no espaço terrestre”, que deve ser realizado “cooperando com todos, e aprendendo a fazê-lo”. O que a socióloga faz com o seu texto é “um exercício de imaginação sociológica”, iluminado pela utopia, definida como “ilustração do resultado de um esforço de visão por antecipação”, do “projecto” de mudança social e cultural de Telheiras, por intervenção da associação a que pertence. Projecto esse, fundamentado “ideologicamente”, como a própria autora afirma, nos “conceitos de ambiente, desenvolvimento e participação”, interligados com os conceitos de “consenso”, “identidade”, “busca de um futuro colectivo melhor”. E também de “cultura”, entendida como “criação, invenção, espaço de circulação do imaginário, coisa inseparável das ideias de futuro, algo totalmente inverso de

<sup>5</sup> Mesmo que haja uma relação entre alguns dos seus principais dirigentes e o poder autárquico, com destaque para um dos seus dirigentes históricos, Manuel Figueiredo, até há pouco vice-presidente da ART e hoje vereador do pelouro de Ambiente da CML.

<sup>6</sup> A propósito destas batalhas e guerras, atente-se no relato de Henrique Gomes, um dos fundadores da ART: quando abriu o Ecomarché (actual Carrefour) abriram uma ligação entre o hipermercado e a Segunda Circular, que passava mesmo em frente à escola primária. Mas a rua não durou muito: “abriram-na de manhã e fecharam-na ao meio dia, tal foi a pressão da ART”. E há, também, o caso recente, de uma bomba de gasolina que quiseram implantar no bairro e não conseguiram...

<sup>7</sup> Conforme publicado no Diário da República, II série, nº 125, de 30 de Maio de 2000.

<sup>8</sup> As actas do Congresso foram publicadas pela Celta, no formato de CD-ROM. O que se cita é, contudo, uma cópia da comunicação, cedida pela autora.

passividade, de representações mentais a preservar”. Simbolicamente, e também, como aliás não esconde a ex-presidente da ART, “ideologicamente, é a ideia de comunidade, de apropriação colectiva do espaço que é acarinhada e não a colagem a um micro-cosmos elitista”.

Em vez da “Aldeia dos Doutores”, a Associação quer inventar um bairro que seja uma “Aldeia que aprende”<sup>9</sup>, e para isso precisa de comunicar com os “telheirenses”. Fá-lo através das suas actividades, das suas iniciativas, mas fá-lo também através da escrita: primeiro, editou, trimestralmente, um boletim informativo; põe agora, desde Outubro de 1999, a sua chancela num jornal, o “Jornal de Telheiras”, sabedora do papel - chave dos meios de comunicação, nos modos de produção e reconhecimento das identidades colectivas.

●  
O “Jornal de Telheiras” nasceu em Agosto de 1999, data em que o seu número zero saiu a público, sob a direcção da, então, presidente da ART, Ana Contumélias<sup>10</sup>, com 12 páginas, 4 das quais a cores. Essa edição dava conta do seu Estatuto Editorial: *o Jornal de Telheiras é um órgão de informação de periodicidade bimensal, que se rege pelos princípios básicos do jornalismo. O seu conteúdo informativo assentará no rigor, na exactidão, no respeito pelos factos, na sua verificação, na recusa da demagogia, na honestidade intelectual.*

*O Jornal de Telheiras assume-se como um jornal local e, assim, o seu universo noticioso focará, exclusivamente, os factos e acontecimentos que fazem a vida, a cultura e a identidade do bairro, ou que sobre elas revelem influência significativa.*

*O Jornal de Telheiras respeitará a objectividade noticiosa mas não se dispensará de emitir claramente a sua opinião, sempre que o entenda necessário, na exacta medida em que se afirma um instrumento ao serviço da comunidade, propondo-se contribuir, em consonância com as Instituições locais, para a melhoria das condições de vida locais, nos planos urbanístico, cultural, cívico, social e ecológico.*

*O Jornal de Telheiras será um fórum aberto ao debate e seu motivador, em defesa da participação democrática dos telheirenses na tomada de decisões que afectem o seu destino colectivo. Neste sentido, manter-se-á aberto a todas as correntes de opinião que surjam no bairro, desde que elas não sejam incompatíveis com este Estatuto Editorial.*

Há neste enunciado duas posturas de que releva uma, pelo menos aparente, contradição. Por um lado, o jornal afirma-se como um projecto orientado pelo que chama “princípios básicos do jornalismo” (“rigor”, “exactidão”, “respeito pelos factos” e “sua verificação”, respeito pela “objectividade noticiosa”), por outro lado, posiciona-se como “um instrumento ao serviço da comunidade”, e propõe-se contribuir, “em consonância com as Instituições locais”, para “a melhoria das condições de vida” em Telheiras, “nos planos urbanístico, cultural, cívico, social e ecológico”. Num terceiro nível, adopta um universo noticioso exclusivo, precisamente “os factos e acontecimentos que fazem a vida, a cultura e a identidade do bairro, ou que sobre elas revelem influência significativa”. A postura é clara, mas parece sofrer do mal de querer conciliar o inconciliável.

Mais do que uma técnica de escrita, com regras muito precisas, cujo objectivo é a facilitação da leitura<sup>11</sup>, o jornalismo assenta numa ideologia

---

<sup>9</sup>“Learning society – porque estamos a aprender uns com os outros” (“Aldeia que Aprende”), “Aldeia Media – porque comunicamos para podermos partilhar ideias e ideais” e “Imaginação sociológica – porque procuramos antecipar a visão colectiva do que desejamos seja o lugar”, “Glocal – porque pensamos globalmente e agimos localmente” são conceitos chave com que trabalha a Associação de Residentes de Telheiras.

<sup>10</sup> Ana Contumélias, além de socióloga, é também jornalista, detentora do respectivo título profissional.

<sup>11</sup> Claro que a técnica da escrita jornalística que visa a facilitação da leitura, é acompanhada e sublinhada e, em algumas das suas componentes, condicionada por técnicas de apresentação visual do produto (o jornal, a

profissional dominante, a *objectividade*<sup>12</sup>, que deve marcar todo o comportamento do jornalista, pelo menos aos níveis do saber ser e do saber-fazer; ou seja, da ideologia e da prática. E *ser objectivo* é responder às seis questões de referência do jornalismo<sup>13</sup>, ou apenas a algumas delas, conforme os casos, não comentando mas informando, não emitindo juízos de valor, mas apenas narrando os factos, contando uma história sim, nunca emitindo uma opinião<sup>14</sup>.

É certo que as notícias são “traditionally known as stories”, o que implica serem, “by definition culturally constructed narratives”, mas esta implicação, que deveria levar à interrogação sobre “what constructing stories actually means<sup>15</sup>”, é, no entanto, desvalorizada em favor da ideologia da *objectividade*<sup>16</sup>. Neste contexto, o jornalista que viole a norma fundamental da *objectividade*, verá o seu estatuto profissional altamente prejudicado perante os seus pares e poderá, até, se reincidir, pôr em risco o seu posto de trabalho. E compreende-se que assim seja, na medida em que o *dogma da objectividade* constitui em si mesmo o discurso central legitimador da prática do jornalismo<sup>17</sup>.

Se dúvidas houvesse, bastaria ler o nº1 do “Código Deontológico do Jornalista” para ver que assim é; cito: “o jornalista deve relatar os factos com rigor e exactidão e interpretá-los com honestidade. Os factos devem ser comprovados, ouvindo as partes com interesses atendíveis no caso. A distinção entre opinião e notícia deve ficar bem clara aos olhos do público”. É isto a *objectividade*, tal como os próprios jornalistas a definem.

A notícia presta vassalagem à *objectividade* e funda-se na “routinization of the unexpected” (Tuchman, 1974). Por isso, o verdadeiro acontecimento é inesperado, aleatório, e terá tanto mais valor jornalístico, quanto maior for o seu grau de imprevisibilidade e a improbabilidade da sua realização<sup>18</sup>. É assim que se *fabrica a actualidade*. Ora um jornal que quer estar “em consonância” com uma qualquer instituição, como “um instrumento” para melhorar seja o que for, mesmo que “as condições de vida da comunidade”, dificilmente pode ser *objectivo*, no sentido tradicional, ideológico, do jornalismo. Haverá, então, uma diferença entre o discurso e a prática do agente em causa? Vejamos, numa breve análise, os conteúdos das primeiras páginas, das seis edições do Jornal de Telheiras, publicadas entre Agosto de 1999 e Junho de 2000.

*Este é o nosso número zero* era o título principal da primeira página, da primeira edição do Jornal de Telheiras, em que se incluíam ainda mais dois

revista) ligadas à utilização da imagem gráfica, da fotografia, da titulação, em suma, da paginação. Daí que a ideia de *ditadura gráfica* não seja desconhecida à gíria profissional...

<sup>12</sup> Necessária, segundo Tuchman, Gaye, «para minimizar os riscos impostos pelos prazos de entrega de material, pelos processos difamatórios e pelas reprimendas dos superiores» - artigo «A Objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas», in «Revista «Comunicação e Linguagens», volume temático «Jornalismo, Questões, Teorias e Estórias», 1993.

<sup>13</sup> Dizer Quem, fez o quê?, quando?, onde?, como?, porquê?

<sup>14</sup> «The writer of fiction must invent. The journalist must not invent», S. Elizabeth Bird e Robert W. Dardenne, «Myth, Chronicle, and Story – Exploring the Narrative Qualities of News (1988)

<sup>15</sup> S. Elizabeth Bird e Robert W. Dardenne, Op. Cit.

<sup>16</sup> De resto, consignada na própria Lei nº 62/79, de 20 de Setembro, «Estatuto do Jornalista» que, no seu artº 11º, alínea a), define como um dos deveres do jornalista «Respeitar escrupulosamente o rigor e a objectividade da informação».

<sup>17</sup> Adriano Duarte Rodrigues (1990) confirma esta minha afirmação quando diz que aos jornalistas «só seria permitido o relato objectivo dos factos (...) no entanto, cada um dos relatos objectivos não pode esquivar uma carga valorativa subjacente, quanto mais não seja a que consiste em considerar estes factos e não outros, dignos de serem relatados». E ainda: «A escolha dos termos, a ordem da sua apresentação, a selecção dos factos narrados pressupõem inevitavelmente a existência de juízos de valor».

<sup>18</sup> Adriano Duarte Rodrigues, na «Revista «Comunicação e Linguagens», volume temático «Jornalismo, Questões, Teorias e Estórias», 1993, confirma isto mesmo: «É em função da maior ou menor previsibilidade que um facto adquire o estatuto de acontecimento pertinente do ponto de vista jornalístico: quanto menos previsível for, mais probabilidades tem de se tornar notícia e de integrar assim o discurso jornalístico».

títulos: *Metro de Telheiras está pronto em 2002*, e *ART – Danças de salão são uma festa*. A segunda edição do jornal, o título principal referia: *Habitação, comércio e serviços... Praça Central avança em 2000*. Os restantes títulos: *Art e Juntas de Freguesia do Lumiar e Campo Grande preocupadas... Novo estádio do Sporting pode trazer problemas* e “*Olha, o Jornal de Telheiras!*”. A edição seguinte, publicada em Dezembro de 1999, apresentava como título principal: *Com uma araucária iluminada na imaginação do Bairro... Telheiras também põe sapatinho na chaminé; Bairro Quinta José Alvalade vai mesmo acabar; A nossa polícia vai ter um bebé* e [www.jornaldetelheiras.pt](http://www.jornaldetelheiras.pt) completavam a página.

A primeira edição publicada em 2000 tinha como título principal, o seguinte: *Vereador Vasco Franco diz que o Bairro “não é uma urbanização privada” e que o PER avança mesmo... Câmara Ouve Telheiras. ART lembra os valores da transparência e do direito à informação; Abaixo assinado estranha “não ter havido qualquer comunicação prévia”*. A página incluía ainda mais dois títulos: *Fonseca Ferreira, presidente da Comissão de Coordenação de Lisboa e vale do Tejo... Integração Social consegue-se com diálogo*; e *Quinta dos Inglesinhos vai ter Alameda*. Em Abril, saía a quarta edição do jornal, cujo título principal na primeira página era *Telheiras vai ter uma casa de cultura*. Os outros títulos: *Projecto do Sporting discutido no Bairro com João Soares; Alto da Faia avança para tribunal; e Escolas: jornais e livros*. Ainda um sumário com cinco chamadas de atenção para as páginas interiores: *Escola Alemã quer deixar-nos; Dina Aguiar e Maria José Canoa são as “Pessoas” desta edição; Lisboa ciclável: Telheiras fica em lista de espera; Exposições são notícia e Empreendedores e negócios*. Finalmente a sexta e última edição publicada até ao momento, em Junho de 2000, titulava: *Associação de Residentes de Telheiras elege novos corpos sociais... Utilidade Pública da ART oficialmente reconhecida*. Mais dois títulos: *Trânsito no Bairro cada vez mais complicado*; e *Ainda cá temos lavradores* e um Sumário de chamadas: *Presidente da EPUL faz balanço e dá novidades; Árvores mortas nos Terraços de S. Paulo; Telheiras vista pelo arquitecto Ribeiro Telles; Escolas satisfeitas com ano lectivo e “Pó de Palco” e “ARTistas”: casa cheia e aplausos*.

Jornalisticamente, tudo títulos sobre acontecimentos concordantes com os critérios de notícia. Ao jornalista pede-se que escreva sobre acontecimentos, mas também se lhe diz que, se tudo é acontecimento, nem todos os acontecimentos são notícia. E ao jornalista apenas interessam as notícias. Ora é *notícia todo o acontecimento que tem actualidade, novidade, proximidade, universalidade*<sup>19</sup>. Isto é, um acontecimento é tanto mais notícia, quanto mais possa interessar um maior número de leitores. E é esta ideia de notícia que está subjacente a todos os géneros jornalísticos; uma reportagem tem de incidir, também ela, sobre um acontecimento/facto ou sobre um problema que *tenha actualidade, novidade, proximidade, universalidade*; do mesmo modo, a entrevista não pode fugir destes parâmetros: é entrevistável alguém que esteja em foco (*tenha actualidade*), que se disponha a dizer algo de novo (*tenha, novidades*), que seja conhecido da maioria das pessoas, do público leitor (*tenha universalidade*).

Mas não é assim tão simples; há aqui uma dupla hermenêutica: é objecto jornalístico o que tem *actualidade, novidade, universalidade*; mas tem *actualidade, novidade, universalidade*, o que é objecto jornalístico<sup>20</sup>. A realidade local é, cada vez mais, nos media de grande difusão, vítima destas exigências; a globalização

<sup>19</sup> Do ponto de vista jornalístico, têm actualidade apenas os acontecimentos/factos ocorridos recentemente, ou recentemente descobertos; têm novidade, os acontecimentos/factos que não são do domínio público; têm universalidade, os acontecimentos/factos que geográfica ou socialmente estão mais próximos da maioria do público de uma dado jornal...

<sup>20</sup> Adriano Duarte Rodrigues (Op. cit.) escreve: «A partir do momento em que surge nas primeiras páginas de um quotidiano, um nome impõe-se e passa a integrar o mundo onomástico moderno». S. Elizabeth Bird e Robert W. Dardenne, (Op. cit.) afirmam que faz parte do poder dos jornalistas «to place people and events into the existing categories of hero, villain, good and bad, and thus to invest their stories with the authority of mythological truth».

da comunicação de massa padronizou a actualidade; a “aldeia global” de McLuhan não é o paraíso perdido, nela é mais fácil saber o que ocorre com Bill Clinton, Bill Gates ou Nelson Mandela, do que acontece ao vizinho do andar de baixo, ou na escola do bairro. Se queremos saber o que se passa no local onde vivemos temos de apelar a uma glocalização recontextualizadora da informação. É hoje aceite que “cada publicação produz a sua actualidade jornalística” (Borrat, 1981) e que, portanto, “há tantas actualidades jornalísticas quantos os meios de comunicação existentes no mercado” (Fontcuberta, 1999). O Jornal de Telheiras produz também a sua, mas nos termos dos três níveis do seu estatuto editorial que apontámos –orientado pelos “princípios básicos do jornalismo”, como “um instrumento ao serviço da comunidade”, e buscando os seus acontecimentos num universo noticioso exclusivo, precisamente Telheiras. E ao fazê-lo está, “em consonância com as Instituições locais”, a dar o seu contributo para “a melhoria das condições de vida” no “Bairro”. É que, se “a informação é uma condição básica para uma sociedade livre” (Fontcuberta, Op. Cit.), o jornalismo interpreta a realidade social para que a possamos entender, adaptarmo-nos a ela e modificá-la (Gomis, 1987). E essa sua interpretação, no caso do Jornal de Telheiras, está a inventar o “Bairro”<sup>21</sup>, a produzir a sua identidade.

Ao escolher o seu território local como a totalidade do seu universo de acontecimentos, o Jornal de Telheiras não está apenas a ser fiel ao seu Estatuto Editorial e à sua relação com a ART; está, também, a procurar fixar o público que escolheu, uma vez que é aceite como boa, a ideia segundo a qual os leitores querem ler tudo o que directamente os afecta e se relaciona com o seu quotidiano (Fontcuberta, *ibidem*), e aquilo que os que vivem em Telheiras e nas suas envolventes dificilmente encontrarão noutro meio de comunicação são, precisamente, os acontecimentos, os anseios, os sentimentos e as emoções restritos ao universo do bairro. E essa fixação do público é importante, também, do ponto de vista da necessidade de assegurar a viabilidade económica do Jornal de Telheiras que, como qualquer outra instituição, não está dispensado de pagar os custos inerentes ao complexo da sua produção e, para o fazer, precisa de receitas.

Ambas, função social e necessidade de viabilidade económica, empurram o Jornal de Telheiras para um mergulho cada vez mais fundo e aprofundado num lugar que, com a sua intervenção, ele próprio produz, conferindo-lhe a identidade de um eu, que antes se desconhecia por falta de espelho. Uma identidade de que, de resto, o jornal precisa desesperadamente para sobreviver, porque, o público de um jornal, se é constituído por indivíduos distintos na sua diversidade, caracteriza-se por ser, ao mesmo tempo, um conjunto de indivíduos unidos pela semelhança de “um certo grau de cultura comum”, assente numa “certa comunidade de hábitos, sentimentos, tradições, ideias assimiladas”; a “unidade de um público depende assim, basicamente, da pertença a um grupo social, da comunhão de tradições culturais” (Fontcuberta, *ibidem*), o “Bairro” de Telheiras, por exemplo.

Se todo o real é relacional (Bourdieu, Op. Cit.), Telheiras encontrou já no seu jornal um símbolo identitário, na sua interacção com os outros bairros de Lisboa. Não sendo um bairro tradicional da cidade, sem marchas nem santos populares, Telheiras é, todavia, o primeiro bairro de Lisboa a ter um jornal, simultaneamente impresso e *on-line*. E assim funda um espaço “propriamente” comunicacional, mas que é, também, um espaço político e cultural. Um referente identitário que põe por escrito o pensar, o sentir e o agir do bairro, e assim o produz enquanto comunidade, enquanto singularidade.

Uma última nota, acerca da implicação do sociólogo. A sociologia reconhece hoje a dupla qualidade do investigador, enquanto tal e enquanto parte

---

<sup>21</sup> Não é, seguramente, por acaso que no Jornal de Telheiras se escreve bairro como **B**airro, sempre que o termo se refere a Telheiras; ou que se refere os que lá habitam como “Telheirenses” quando, de acordo com as regras, o conceito apenas se aplicaria aos seus naturais.

do objecto; o sujeito investigador é, ele próprio, integrante do sujeito investigado, e assim partilha das suas representações, estando, por isso, obrigado a um questionamento epistemológico forte, para romper com análises especulativas do real. No caso vertente, essa pertença ao objecto é ainda mais notória. O autor desta comunicação vive em Telheiras há 16 anos, durante 14 desses habitou uma casa no *centro do centro*, precisamente num local unanimemente aceite como sendo, de facto, e sem qualquer dúvida, Telheiras; nos últimos dois anos, deslocou-se para a periferia do bairro, para uma zona de recente construção em que uns se interrogam sobre o local onde moram, e outros vivem, sem questionamentos, nesse território retórico que é também, e sobretudo, Telheiras.

Mais, durante os últimos cinco a seis anos (entre 1994/95 e este ano 2000) este sociólogo tem, recorrentemente, participado em actividades da ART, embora sem alguma vez pertencer aos seus corpos sociais; em contrapartida, a mulher presidiu aos destinos da Associação durante esse lustro. Acresce que, desde o início da publicação do jornal, em Agosto de 1999, e mesmo anteriormente, durante a sua preparação, o autor tem assumido a direcção de projecto do Jornal de Telheiras<sup>22</sup>. Sem ignorar o que acima ficou dito, essa pertença não deve ser entendida como uma limitação, mas antes como uma capacitação, sem que este entendimento signifique pôr de parte a necessidade de a objectivar. Como lembra Elias, citado por Corcuff (1995), “para compreender o modo de funcionamento dos grupos humanos” é indispensável “ter acesso do interior à experiência que os homens têm do seu próprio grupo e de outros grupos”. Esse acesso existe, como fruto de uma pertença, metodologicamente assumida como uma observação participante, necessariamente pontuada por momentos de *des-construção* e de *re-construção*.

A “objectivação participante” a que, seguindo o conselho de Bourdieu (ibidem), o sociólogo está obrigado parece suficiente para que ele não corra o risco de assumir o papel do investigador, sem antes despir a roupagem do indígena. O que ele não pode é despir a sua identidade social, nem isso é necessário para conferir ao resultado da investigação a, pelo menos relativa, objectividade que, tal como o jornalismo, também ela reclama; muito menos para escamotear a pertinência e o interesse do objecto de estudo. O fenómeno da implementação de um bairro novo, em Lisboa, é indissociável dos processos de construção da sua identidade colectiva, que funde a comunidade, a sua cultura, as suas sociabilidades; trata-se de algo pouco conhecido, pelo menos em contexto português<sup>23</sup>, e de grande interesse no quadro das novas dinâmicas de crescimento e de requalificação das cidades. O aparecimento e a relação de um jornal de bairro na construção dessa identidade e no desenvolvimento dessas dinâmicas, é algo que interessa ao jornalismo e aos que sobre ele reflectem, e que tem, também, todo o interesse para sociologia. É, pelo menos, essa a convicção do autor.

## BIBLIOGRAFIA

AUGÉ, Marc, *Não-Lugares. Introdução a uma Antropologia da Sobremodernidade*, Ed. Bertrand, Lisboa, 1994

BOURDIEU, Pierre, *O Poder Simbólico*, Celta Editora, Oeiras, 1989

CORCUFF, Philippe, *As Novas Sociologias*, Ed. Vral, Sintra, 1997

FIRMINO DA COSTA, António, *Sociedade de Bairro*, Ed. Celta, Oeiras, 1999

<sup>22</sup> É preciso dizer que o sociólogo foi jornalista profissional, durante cerca de 20 anos, tendo integrado a chefia das redacções de alguns dos principais jornais portugueses.

<sup>23</sup> Os contributos inestimáveis de Firmino da Costa (1999) e Indias Cordeiro (1997) referem-se a bairros “populares” de Lisboa, portanto já existentes há muitos anos.



BORRAT, Hector, "Once versiones noratlánticas del 23-F", in *Anàlise. Quaderns de Comunicació i cultura*, nº 4, 1981, Ed. Dep. de Teoria da Comunicação, Universidade Autònoma de Barcelona, Barcelona, 1981

DUARTE RODRIGUES, Adriano, *Estratégias da Comunicação*, Ed. Presença, Lisboa, 1990

DUARTE RODRIGUES, Adriano, «O Acontecimento», (pp 27-33), in *Revista «Comunicação e Linguagens*, volume temático «Jornalismo, Questões, Teorias e Estórias», Ed. Vega, Lisboa, 1993

FONTCUBERTA, Mar, *A Notícia*, Editorial Notícias, Lisboa, 1999

GIDDENS, Anthony, «Sociologia, Questões e Problemas», in *Sociologia: Uma Breve, Porém Crítica Introdução*, Ed. Zahar, Rio de Janeiro, 1984

GIDDENS, Anthony, *As Consequências da Modernidade*, Celta Editora, Oeiras, 1992

GOMIS, Lorenzo, *El medio media*, Ed. Mitre, Barcelona, 1987

McLUHAN, Marshall, *A Galáxia de Gutemberg*, Ed. Companhia Editora Nacional, S. Paulo, 1977

BIRD, Elizabeth S., e DARDENNE, Robert W. Dardenne, « Myth , Chronicle, and Story - Exploring the Narrative Qualities of News» (1988), in CAREY, James W., (editor), *Media, Myths, and Narratives*, Ed. Sage, California, EUA, 1987

TUCHMAN, Gaye, «A Objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas» (pp 74-90), in *Revista «Comunicação e Linguagens*, volume temático «Jornalismo, Questões, Teorias e Estórias», Ed. Vega, Lisboa, 1993

#### **Outras fontes documentais:**

- Estatutos da Associação de residentes de Telheiras – ART, 1988
- «O Guarda Sol Amarelo», informação da ART, 1995
- «ART Informação», Maio de 1966, Dezembro de 1996, Junho de 1997, Novembro de 1998
- NEUT - Núcleo de Estudos Urbanos e Territoriais do ISCTE, com a colaboração do Núcleo de Arquitectura do LNEC, António Fonseca Ferreira (coord.), *Usos e Apropriação do Alojamento em Telheiras* (estudo não publicado)
- Edições nºs 0, 1, 2, 3, 4, e 5 do Jornal de Telheiras, entre Agosto de 1999 e Junho de 2000
- Diário da República, II série, nº 125, de 30 de Maio de 2000